

PODER

Moraes adota medida para intimidar Eduardo

Ministro do STF diz que deputado está criando dificuldades para ser notificado sobre coação no processo da trama golpista e manda que seja feita publicação em edital

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a publicação de um edital para notificar o deputado licenciado **Eduardo Bolsonaro** (PL-SP) da denúncia por coação no processo da trama golpista, feita pela Procuradoria-Geral da União (PGR). O magistrado afirmou que o parlamentar está dificultando o recebimento da intimação para que apresente sua defesa.

Segundo Moraes, Eduardo está fora do Brasil para evitar a aplicação da lei. O deputado se mudou para os Estados Unidos no início do ano. “O denunciado, de maneira transitória, encontra-se fora do território nacional, exatamente, conforme consta na denúncia, para reiterar na prática criminosa e evadir-se de possível responsabilização judicial, evitando, dessa maneira, a aplicação da lei penal”, escreveu o magistrado. “Além de declarar, expressamente, que se encontra em território estrangeiro para se furtar à aplicação da lei penal, também é inequívoca a ciência, por parte do denunciado Eduardo Nantes Bolsonaro, acerca das condutas que lhe são imputadas na denúncia oferecida nestes autos, sobre a qual também se manifestou por meio de nota divulgada na rede social X (antigo Twitter)”, acrescentou.

Medida excepcional

Assim, conforme Moraes, “não restam dúvidas de que o denunciado, mesmo mantendo seu domicílio em território nacional, está criando dificuldades para ser notificado, possibilitando sua citação por edital”. Esse tipo de notificação é uma medida excepcional quando alguém dificulta o recebimento da intimação. Nesse caso, é feita a publicação de um aviso em veículos oficiais, como jornais, diários da Justiça ou sites para informar o envolvido sobre um ato processual. Eduardo é suspeito dos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação.

Felipe Sampaio/STF e Mario Agra/Câmara dos Deputados



Moraes disse que Eduardo segue nos EUA “para reiterar na prática criminosa” e evitar aplicação da lei penal

Processo também na Câmara

Eduardo também corre o risco de perder o mandato agora que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), barrou sua indicação como líder da minoria. A nomeação foi estratégica porque as faltas das lideranças não são contadas. Ele já usou todo o prazo de licença e, se ficar nos Estados Unidos, pode ser cassado por faltas.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou ao STF a apuração de uma suposta atuação do político para incitar o governo dos Estados Unidos a adotar sanções contra Moraes e outras autoridades no país.

Ele também é suspeito de atrapalhar o processo em que o

Entenda o caso

Pressão sobre ministros

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou **Eduardo Bolsonaro** e **Paulo Figueiredo** pela articulação nos Estados Unidos de sanções contra o STF. Segundo o procurador-geral da República, **Paulo Gonet**, a campanha teve como objetivo pressionar os ministros a não condenarem o ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL).

A denúncia foi enviada ao STF na semana passada. Para Gonet, ficou comprovado que Eduardo

e **Paulo Figueiredo** se valeram de contatos no governo **Donald Trump** para “constranger a atuação jurisdicional” do STF.

Em nota conjunta, **Eduardo e Paulo Figueiredo** disseram ser alvos de “perseguição política”, atribuíram a denúncia a “lacaio” do ministro **Alexandre de Moraes**, disseram que vão continuar a campanha nos Estados Unidos e informaram que vão aguardar a notificação formal para se manifestarem no processo.

carta rogatória. Ele também foi denunciado com Eduardo. Moraes ordenou que o processo seja desmembrado, ou seja, os casos dos dois devem ser analisados separadamente. Os dois poderão enviar as defesas prévias antes de o STF decidir se aceita a denúncia feita pela PGR.

Família diz que Bolsonaro tem mal-estar

» PEDRO GRIGORI
» DANANDRA ROCHA

O ex-presidente **Jair Bolsonaro** enfrenta uma nova crise de saúde, de acordo com o filho **Carlos Bolsonaro**. Em publicação nas redes sociais, ontem à noite, o vereador informou que a família avalia a necessidade de levar o ex-chefe do Executivo novamente a um hospital.

De acordo com **Carlos**, Bolsonaro está com uma crise de soluções acompanhada de episódios de vômito. Ele disse que o pai descreveu a situação como uma das mais “intensas até agora”. As informações são de que um médico passaria a noite na casa do ex-presidente para atendê-lo.

Horas antes, **Bolsonaro** recebeu a visita do governador de São Paulo, **Tarcísio de Freitas** (Republicanos). O encontro foi autorizado pelo ministro **Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A visita coincidiu com a posse do ministro **Edson Fachin** como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), evento que contou com a presença de diversas autoridades. **Tarcísio**, que chegou a Brasília por volta das 12h, não compareceu. A ausência foi interpretada nos bastidores como um gesto que reforça a ligação de **Tarcísio** com Bolsonaro em um momento de definições sobre o futuro da direita.

Pouco antes da chegada do governador, um pequeno grupo de manifestantes exibiu em uma faixa a frase: “E aí, **Tarcísio**, já desistiu da Presidência?” e um coro com palavras de ordem contra a anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro. No

Wilton Junior/Estadão Conteúdo



Bolsonaro recebeu, ontem, a visita do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas

Câncer de pele

Bolsonaro tem passado os dias em uma casa no bairro do Jardim Botânico, em Brasília, onde cumpre prisão domiciliar e está submetido a monitoramento por tornozeleira eletrônica por decisão do ministro **Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal (STF). Há cerca de duas semanas, ele foi condenado por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes. Desde a sentença, foi ao hospital em duas oportunidades. Passou por exames e retirou nove lesões na pele, das quais duas eram cancerígenas.

entanto, o governador se esquivou ao falar com a imprensa, mudando a rota de entrada.

Esse foi o primeiro encontro de **Tarcísio** desde a condenação de Bolsonaro a 27 anos de prisão pela tentativa de golpe de Estado. A visita ocorreu em meio a temas políticos centrais, como a tramitação no Congresso de propostas de anistia ou dosimetria de penas para os extremistas do 8 de janeiro, além das articulações para a eleição presidencial de 2026 e para as duas vagas ao Senado por São Paulo. Nesse cenário, **Tarcísio** defende para o Senado o seu secretário de Segurança Pública, **Guilherme Derrite**, enquanto Bolsonaro apoia a candidatura do filho **Eduardo**.

Embora **Tarcísio** seja frequentemente citado como possível

candidato à Presidência, aliados dele afirmam que sua prioridade é buscar a reeleição em São Paulo.

Em entrevista ao **Correio**, o presidente do PL, **Valdemar Costa Neto**, comentou sobre a visita do governador a Bolsonaro em detrimento da posse no STF. “Quem marcou a visita do **Tarcísio** nesta data foi o ministro **Alexandre**”, afirmou. “Estamos unidos e vamos vencer as próximas eleições.”

Ele também disse confiar que **Eduardo Bolsonaro** disputará uma vaga ao Senado no ano que vem: “Se Deus quiser”. Perguntado como o PL pretende administrar as disputas internas para a Casa sem rachar a base bolsonarista, ele comentou: “Temos duas vagas para senador, vamos coligar”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Fachin assume a Presidência do Supremo para encerrar um ciclo

A posse do ministro **Edson Fachin** na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira, representa uma mudança de estilo no comando da Corte, pois deve adotar uma postura mais discreta do que **Luís Roberto Barroso**, que enfrentou um dos momentos mais difíceis da história da instituição: o inédito julgamento de um ex-presidente de República e seus generais por tentativa de golpe de Estado. **Fachin**, porém, deve promover uma contenção da atuação do STF, que se aproxima da conclusão dos julgamentos dos acusados de tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.

Com a presença do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, do vice-presidente **Geraldo Alckmin** e dos presidentes da Câmara, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), e do Senado, **Davi Alcolumbre** (União-AP), além de outras autoridades, a solenidade de posse indicou o tom institucional que ele pretende dar à sua presidência, sem extravagância. Entidades ligadas à magistratura tentaram promover uma recepção em homenagem ao novo chefe do Judiciário, como ocorre tradicionalmente, mas ele declinou. **Fachin** assume num momento de alta tensão entre o Supremo e o Congresso, cujo epicentro é o debate sobre a anistia ou mudança de dosimetria das penas aplicadas aos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, episódio pelo qual o ex-presidente **Jair Bolsonaro** foi condenado a 27 anos e três meses de prisão.

Para **Fachin**, o Supremo não deve invadir a “seara” dos legisladores. “Cabe ao Poder Judiciário, e em especial a este tribunal, proteger os direitos fundamentais, preservar a democracia constitucional e buscar a eficiência da Justiça brasileira.” Discreto, firme e avesso a encontros sociais do mundo jurídico, muito frequentes em Brasília, o paraíso dos advogados, nem sempre o novo presidente do Supremo votou com a maioria dos colegas em temas sensíveis.

Indicado pela então presidente **Dilma Rousseff**, **Fachin** está na Corte há 10 anos, após enfrentar resistência no Senado: seu nome foi aprovado com o placar mais apertado até então (52 a 27), marca superada depois por **André Mendonça**. A resistência ocorreu devido à sua ligação com movimentos sociais e grupos de esquerda. Relator da ADPF das Favelas, **Fachin** impôs regras para operações policiais em favelas do Rio de Janeiro. Nesse julgamento, recuou em parte do seu voto para alcançar um consenso entre os ministros.

Fachin ganhou destaque ao herdar a relatoria dos processos da Operação Lava-Jato, em 2017. Seus votos favoráveis à operação e a negativa à candidatura do hoje presidente **Lula**, em 2018, contudo, tornaram-no alvo de críticas também da esquerda. Nos últimos anos, o ministro passou a ser vencido nos seguidos julgamentos em que o STF tem anulado condenações da Lava-Jato.

Ao assumir o comando da Corte, **Fachin** deixará de ser o relator de processos oriundos da operação, função que será herdada por **Barroso**. Ainda restam alguns casos envolvendo a Lava-Jato na Segunda Turma. Um deles diz respeito a delações de executivos da Odebrecht e da J&F, um dos processos impactados por decisões que anularam atos do Ministério Público. Em 2024, o ministro **Dias Toffoli** anulou todos os atos da Lava-Jato contra o empresário **Marcelo Odebrecht**, o que levou a pedidos de extensão da decisão.

Fake news e IA

A expectativa no STF é de que **Fachin** mantenha uma atuação firme na defesa da Corte diante de possíveis ataques. Ele assumirá em um momento de imposição de sanções pelo governo dos Estados Unidos, como resposta à condenação do ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) por tentativa de golpe de Estado. O vice-presidente do STF será o ministro **Alexandre de Moraes**, principal alvo até agora das sanções americanas. A dobradinha reedita a parceria formada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022, quando ambos enfrentaram pressões pela adoção do voto impresso e lideraram ações contra a desinformação.

Fachin inaugurou a frente institucional de combate às fake news no processo eleitoral. O pleito de 2026, potencialmente polarizado, deve colocar o STF novamente no centro do debate político. Desta vez, porém, a questão mais complexa é o uso de inteligência artificial (IA) na campanha eleitoral, que precisa de regras para evitar a manipulação do pleito via redes sociais sem ferir a liberdade de expressão e o direito de opinião. O uso intensivo da inteligência artificial já é um dos problemas do Judiciário, que atinge em cheio os tribunais.

A inteligência artificial opera no nível lógico-formal e de dados, enquanto a interpretação jurídica exige consciência, sensibilidade, normatividade e valores. Máquinas não são aptas a captar completamente o “conteúdo material” das decisões jurídicas. Essa é uma lacuna irreparável entre algoritmos e a função humana. O grande desafio é delimitar o uso da tecnologia, para que ela não substitua, mas complemente a decisão judicial. Ganhos práticos de eficiência, celeridade, organização de dados não podem vir acompanhados da renúncia aos controles jurídicos de legitimação e justificativa. Hoje, as demandas judiciais podem ser transformadas numa gigantesca “indústria de petições” pela inteligência artificial.

O desafio de **Fachin** no quesito modernização do Judiciário será equilibrar o indispensável uso de tecnologia com salvaguardas para os direitos fundamentais. O Judiciário não pode perder sua legitimidade democrática em virtude da tecnologia. A propósito, em sua primeira sessão como presidente, amanhã, **Fachin** pretende pautar as ações que discutem a possibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas de aplicativos e as plataformas. Uma delas é relatada pelo próprio ministro, que optou por manter o caso sob sua responsabilidade mesmo na Presidência.